

AMÉRICO NUNES PERES
MARCELINO DE SOUSA LOPES
(Coordenadores)



APAP

Américo Nunes Peres
Marcelino de Sousa Lopes
(coordenadores)

**Animação,
Cidadania e Participação**

Edição
Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia
(APAP)

Ficha Técnica

Título

Animação, Cidadania e Participação

Autores

Américo Nunes Peres e Marcelino de Sousa Lopes (Coordenadores)

Capa

Fernanda Paula Queirós

Revisão de Textos

António Sousa e Silva, Gastão Pinhanços de Bianchi,
Cristina Costa Gomes e Orlando Pereira Freitas

Apoio Informático

Mário Alves

Apoio Gráfico

Manuel Carneiro

Composição e Impressão

Gráfica do Norte

Editor

Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP)

Tiragem

1000 exemplares

Depósito Legal: 240065/06

ISBN: 972-99943-0-7

1.ª Edição

Data: Março, 2006

Apoios a esta edição

Reitoria da UTAD

Câmara Municipal de Chaves

Fundação para a Ciência e Tecnologia

Fundação Calouste Gulbenkian

Ministério da Cultura – Delegação do Norte

Índice

INTRODUÇÃO	9
1. ORIGEM DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM PORTUGAL.....	13
1.1. Os Novos Desafios da Política Cultural.....	14
António Gomes Marques	
1.2. A Animação Serve as Ideologias: ou ela própria é já uma ideologia?	22
Avelino Bento	
2. ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL E PARTICIPAÇÃO.....	33
2.1. Animação e Desenvolvimento Rural: reflexão a partir do território do Douro-Duero.....	34
Artur Cristóvão	
Raquel Miranda	
2.2. Animação Sociocultural e Participação: o exemplo do Projecto OUSAM	48
Fernando Ilídio Ferreira	
2.3. Imigração e Participação, novas Provocações para a Animação Sociocultural.....	60
Germán Vargas Callejas	
2.4. Políticas culturais e políticas educativas: a sua necessária interdependência na cidade.....	71
Héctor M. Pose	
2.5. A Animação entre a Marcha e a Democracia	82
Jean-Claude Gillet	
3. ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL E TEMPO LIVRE.....	95
3.1. Perfil dos monitores de acampamentos de grupos juvenis e infantis de Salamanca.....	96
Alfonso de Maruri Álvarez	
3.2. Tempo Livre, Tempo de <i>Anima</i>	118
Fátima Barbosa	
3.3. Ócio e Animação: novos tempos	126
Manuel Cuenca Cabeza	
3.4. O Lazer e os Adolescentes: dinamizar o envolvimento, promover o crescimento, perspectivar o desenvolvimento.....	140
Teresa Freire	

3.5. Educação, Animação, Ócio e Tempo Livre (ou a escura noite onde todos os gatos são pardos).....	149
Victor Ventosa Pérez	
4. ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL, EDUCAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E CIDADANIA	155
4.1. A Cidade Educadora, como forma de fortalecimento da democracia e de uma cidadania activa e convivencial	156
Ezequiel Ander-Egg	
4.2. A Animação Sociocultural e o Acolhimento Familiar: uma relação por construir	194
João Paulo Delgado	
4.3. Animação Sociocultural, Globalização e Cidadania: a respeito da necessidade de uma nova pedagogia das culturas.....	205
Jose Antonio Caride Gómez	
4.4. A Animação Teatral	217
Xavier Úcar Martínez	
5. ÂMBITOS PROFISSIONAIS DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL.....	229
5.1. A Intervenção em Cultura. Princípios que devem sustentar as políticas públicas.....	230
Carles Monclús	
5.2. Para uma Pedagogia de Proximidade Humana: a educação no coração das comunidades.....	243
Isabel Baptista	
5.3. O Congresso Internacional de Animação Teatral de Viana do Castelo.....	249
Manuel Vieites	
5.4. A Animação Sociocultural, os Processos Comunitários e a Integração Social.....	261
Marco Marchioni	
5.5. A Velha Toupeira: a propósito de planos e processos comunitários	264
Marco Marchioni	
Antonio Torrico	
5.6. Lazer, Cidade e Animação Cultural: uma visão a partir do contexto brasileiro.....	274
Victor Andrade de Melo	
5.7. Turismo em Espaço Rural e Animação: a percepção dos alunos de RLT	286
Xerardo Pereiro Pérez	
6. RELATO DE EXPERIÊNCIAS DE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM PORTUGAL	295
6.1. Animação de Populações Desfavorecidas, na Associação Integrar.....	296
Catarina Gralheiro	
6.2. Animador – uma experiência de 30 anos	299
Dantas Lima	
6.3. Espaço T – Novo Conceito	303
Jorge Oliveira	
6.4. Entre Lugares.....	310
Marijke/Maria Helena de Koning	
6.5. A Esdime e a Promoção da Iniciativa Juvenil em Meio Rural – O projecto Todos ao Largo!	321
Natália Tost	
6.6. A Aventura de Viver a Diferença... Os intercâmbios sócio-artísticos como contextos potenciais de criação de novas formas de coexistência multi/intercultural	327
Victor Gonçalves	
7. AUTORES.....	337
Alfonso Maruri Álvarez.....	338
Américo Nunes Peres.....	338
António Gomes Marques.....	338
Artur Fernando Arêde Correia Cristóvão.....	339
Avelino Bento	339
Carles Monclús.....	340
Catarina Sofia Morais Gralheiro.....	340
Ezequiel Ander-Egg.....	340
Fátima Maria Bezerra Barbosa	340
Fernando Ilídio Ferreira	341
Germán Vargas Callejas	341
Héctor M. Pose Porto.....	341
Isabel Baptista	342
Jean-Claude Gillet	342
João Paulo Ferreira Delgado.....	343

Jorge Manuel Marques de Oliveira	343
Jose Antonio Caride Gómez	343
José Dantas Lima Pereira	344
Manuel Cuenca Cabeza.....	344
Manuel F. Vieites	344
Marcelino de Sousa Lopes.....	344
Marco Marchioni.....	345
Natália Tost	345
Teresa Margarida Moreira Freire	345
Victor Andrade de Melo.....	346
Victor J. Ventosa Pérez.....	346
Vítor Alexandre da Cunha Gonçalves	346
Xavier Úcar Martínez	347
Xerardo Pereiro Pérez.....	347

INTRODUÇÃO

*“Canta, poeta, canta!
Violenta o silêncio conformado.
Cega com outra luz a luz do dia.
Ensina a cada alma a sua rebeldia.”*

Miguel Torga¹

A obra colectiva que agora se apresenta, e que temos a honra de ter coordenado, reúne as principais comunicações das 3.^{as} Jornadas Internacionais de Animação Sociocultural, organizadas, em Março de 2006, na cidade Chaves, pela UTAD-Pólo de Chaves e a Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, em colaboração com a Sociedade Iberoamericana de Pedagogia Social.

O tema escolhido foi *Animação, Cidadania e Participação*, com o propósito de criar espaços de encontro, reflexão e partilha. Teve como objectivos:

- Fomentar o debate e a reflexão em torno de áreas temáticas de Animação, nomeadamente a Animação Sociocultural, a Animação de Tempos Livres, a Animação Turística, a Animação Comunitária, a Animação Socioeducativa e a Animação de Grupos com necessidades educativas especiais;
- Reflectir sobre os âmbitos profissionais e voluntários da Animação e dos Animadores e projectar o aparecimento de novos âmbitos, fruto de uma sociedade em permanente mudança;
- Identificar os sinais transmitidos pelos dilemas da actualidade como participação/delegação, emprego/desemprego, integração social/exclusão social, profissionalização/voluntariado, ócio/ociosidade, animação do tempo livre/ocupação do tempo livre;
- Projectar a Animação Sociocultural como uma tecnologia educativa, contribuindo para uma eficaz articulação entre os espaços e tempos educativos da educação formal, não formal e informal;
- Promover o direito à Cidadania numa perspectiva plural, onde o multiculturalismo, a interculturalidade, a participação e a democracia sejam atributos assumidos e vividos no quotidiano;

¹ Torga, M. (1983). *Diário XIII*, Coimbra: Gráfica de Coimbra, p. 9.

- PUIG, T. (1997). "Gestionemos la cultura de la ciudad como los ciudadanos" In TRILLA, J. (Coord.) *Animación sociocultural. Teorías, programas y ámbitos*. Ariel.
- RAUSELL KÖSTER, P. (1999). *Políticas y Sectores culturales en la Comunidad Valenciana*. Valencia: Edit. Tirant Lo Blanch.
- VICHÉ, M. (1997). *Una pedagogía de la cultura. La animación sociocultural*. Libros Certeza.
- WILLIS, P. (1998). *Cultura viva. Una búsqueda sobre las actividades culturales de los jóvenes*. Diputación de Barcelona.
- ZUBIRÍA, S; ABELLÓ, Y.; TABARES, M. (1998). *Conceptos básicos de administración y gestión cultural*. Cuadernos de Iberoamérica. Organización de Estados Iberoamericanos.

5.2. Para uma Pedagogia de Proximidade Humana: a educação no coração das comunidades

Isabel Baptista
Universidade Católica Portuguesa

Resumo

O presente texto procura evidenciar o papel dos educadores sociais enquanto agentes de proximidade humana chamados a desenvolver um trabalho de natureza pedagógica «com e para» as pessoas, numa pluralidade de situações e contextos sociais.

Alicerçada numa matriz conceptual de inspiração levinasiana, a nossa reflexão caminha no sentido de fundamentar a necessidade de promoção da qualidade relacional e cultural das comunidades, através da dinamização de processos de formação conducentes à criação de laços novos, plurais e diversos, entre as pessoas, entre as instituições, entre as pessoas e as instituições e, de um modo geral, entre pessoas e as suas oportunidades de vida.

Introdução

O reconhecimento da centralidade do humano nos processos de desenvolvimento das pessoas e das comunidades trouxe a pedagogia para o coração das práticas de intervenção social, onde aparece muitas vezes valorizada como mais uma estratégia, ou instrumento, ao serviço do maior envolvimento dos cidadãos. Ora, no quadro da Educação Social, a pedagogia representa muito mais do que um meio precioso na obtenção de determinados fins. Para os educadores sociais, a pedagogia funciona como um saber matricial, como o universo antropológico, epistemológico e axiológico de referência de toda a sua prática profissional.

É, pois, enquanto pedagogos que os educadores sociais trabalham na área do chamado serviço social, junto de pessoas em reconhecida situação de sofrimento, carência ou vulnerabilidade, sem que isso signifique que a sua actividade tenha que ficar subordinada a uma lógica de urgência, dirigida a populações previamente sinalizadas ou a comunidades identificadas como degradadas ou desfavorecidas. Conforme vem sendo apontado por sociólogos como Rosanvallon, Touraine ou Baumann, os territórios de exclusão e pobreza constituem hoje a face visível de um

fenómeno bem mais vasto e complexo. A equação do «problema social» não pode, por isso, continuar a ser pensada apenas por referência à fractura que, alegadamente, separa uma maioria de incluídos de uma minoria de excluídos. São múltiplos os pontos de ruptura social, como são múltiplas as razões que os explicam.

Num mundo que se nos afigura como especialmente complexo, e ele próprio vulnerável, reforçamos a consciência de que a fragilidade e a incerteza são marcas da aventura humana enquanto aventura existencial. O risco de vulnerabilidade, de perda de sentido, pode atingir qualquer um, em qualquer etapa da sua existência. Somos todos seres carentes de apoio e de ajuda. E é por isso mesmo que precisamos que a sociedade desenvolva mecanismos de segurança, protecção e justiça social, apoiados em dinâmicas de proximidade humana.

O parente, o vizinho, o estrangeiro – o próximo

Convidando-nos a reinventar as noções de «subjectividade» e de «humanidade», Emanuel Lévinas apresenta-nos um sentido de «proximidade» intraduzível na tradicional categorização de tipo espacial ou temporal. O próximo é o qualquer Outro, aquele que, como nós, é também um sujeito e, como tal, detentor de uma vida interior e de uma história radicalmente singular. Só através de um esforço de constante aproximação, é que é possível entrar em contacto com outro mundo igualmente pessoal. O outro é outra liberdade, outro modo único de ser. O pluralismo como condição de paz nasce desta constatação.

No rosto daquele que é capaz de nos falar anuncia-se uma alteridade impossível de captar racionalmente ou de possuir como coisa ou alimento. Uma alteridade que transcende qualquer atributo conhecido ou conhecível, como a cor dos olhos, o tom de pele, o tamanho do nariz, o tipo de vestuário e mesmo os traços de carácter ou os hábitos de cultura. O brilho de significação testemunhado pelo rosto de uma pessoa é de tal forma único, excepcional, incomparável, surpreendente e belo, que rompe com todos os esquemas conceptuais, abrindo o ser para uma aventura maior do que o simplesmente ser. Ao contrário do que é sugerido pelas visões clássicas, subjacentes ao contratualismo e à moral ocidental, a presença em sociedade de uma multiplicidade de outros, não vem limitar, mas sim, abrir o espaço de liberdade de cada um.

Importa então formar as mentalidades, treinar as atitudes e os comportamentos, desenvolvendo competências de sociabilidade e de acolhimento do outro. Balizado por estes pressupostos, o valor relação surge-nos, na verdade, como um valor primordial na acção sócio-educativa. Porque é aí, afinal, que começa toda a aprendizagem de diálogo com a alteridade do tempo. Apelamos assim para um sentido de proximidade humana capaz de ir para lá ir para lá dos laços de parentesco ou vizinhança como marca das dinâmicas pedagógicas, refiram-se elas a uma dimensão interpessoal, institucional ou comunitária. Em todos os planos da vida social, é preciso conseguir criar condições favoráveis à revelação da dignidade do único, impedindo que as

peçoas desapareçam por detrás das máscaras situacionais que, positivamente, servem para as identificar num determinado contexto relacional. A justiça social é um direito ao rosto, ao nome, à memória, ao sonho, à palavra pessoal.

A comunidade como lugar de enraizamento e de experiência de alteridade

A comunidade é o lugar humano onde se aprende a ser próximo do próximo. Um lugar feito de vizinhanças e de histórias comuns. Um lugar povoado de odores, de sons, de rituais, de gestos de culto, de festas, de aflições, de partilhas, de narrativas, de obras, de abraços, de risos e de choros. E, nesta medida, um lugar de familiaridade e de pertença afectiva. Não é possível promover o capital social e cultural das comunidades, sem honrar a densidade antropológica dos espaços habitados por gente concreta, de gente com problemas, conflitos e vontades de ser. Os laços humanos carecem de um enraizamento comunitário.

Porém, a existência de comunidades coesas, de comunidades fortes em sentido de identidade, não basta para a consecução dos objectivos de uma cidadania multicultural, inclusiva e solidária, uma cidadania assente em valores universais de justiça, paz e bem-estar para todos. Pelo contrário, o drama de uma sociedade de exclusão, violenta e fragmentada, começa na existência de «comunidades fortaleza», de comunidades que, de tão ensimesmadas, sustentam uma pluralidade revoltante de formas de separatismo social, a começar pela segregação territorial, cruelmente visível na existência de zonas residenciais bem distintas, umas muito ricas, outras muito pobres e outras nem tanto. Mas todas elas divididas por perigosas linhas de fronteira pretensamente legitimadoras de comportamentos de ignorância mútua, indiferença, rejeição e intolerância.

O que acaba de ser dito justifica uma chamada de atenção para o tom excessivo com que tendemos a enfatizar categorias como «comunidade» ou «território», arriscando, por vezes, perder a referência aos valores universais tão caros ao humanismo contemporâneo, desejavelmente multicultural, democrático e cosmopolita. É neste sentido que os sociólogos nos apontam a «força dos laços frágeis» que aproximam diferentes grupos humanos. É justamente nas zonas de «fragilidade», na instabilidade das linhas de fronteira, que podem ser vitalizados os canais de comunicação e de interacção entre comunidades diversas. O interesse crescente pela problemática das redes no âmbito das políticas sociais, radica, justamente, na valorização desse potencial de relacionalidade, de convivência, de solidariedade e de paz.

Tal como as pessoas, as comunidades envelhecem quando se fecham sobre si próprias, quando escolhem viver de costas voltadas para as interpelações do mundo. O tempo complexo, exactamente este em que somos chamados a realizar a nossa humanidade, pede outros valores e outras práticas de sociabilidade. Pede uma outra

geografia humana, uma geografia mais permeável à entrada do outro, do desconhecido, do diferente (Baptista, 2005).

Por tudo isto, é necessário investir em oportunidades de miscenagem social e cultural, o que, em termos educativos, se traduz na promoção de uma multiplicidade de interações pessoais, diversas, surpreendentes, plurais. Tão educativas quanto diversas, surpreendentes e plurais. É preciso que, com paciência, sabedoria profissional e labor inventivo, sejamos capazes de, em conjunto, bordar um tecido social multicolor, como quem tece um «patchwork» feito da conjugação criativa de traçados pessoais, de desenhos preciosos pela sua unicidade, expostos em sublime liberdade como testemunho de segredos eminentemente singulares.

Para tal, importa apostar na qualidade relacional de todos os espaços e tempos habitados pelo existir humano. Só assim a vida comunitária poderá constituir uma verdadeira aventura cultural. «Museus, teatros, associações culturais e recreativas, fábricas, fundações, organismos públicos estatais, centros de saúde e de cultura, jornais, bibliotecas, bombeiros, serviços de fornecimento de água e de energia, clubes desportivos, serviços de segurança pública, colectividades de bairro, tribunais, câmaras e juntas de freguesia, todos são convocados para serem actores de educação e formação ao longo da vida, porque assim serão actores de socialização, tecedeiras de capital social, factores de abertura e comunicação intercultural» (Azevedo, 2003).

Tecnicamente preparados para esta complexa missão humana, os educadores sociais encontram-se em posição privilegiada para desenvolver dinâmicas de mediação conducentes à ruptura com os ciclos de mesmidade, pessoais e comunitários. A cultura deve mesmo constituir um dos vectores fundamentais da sua formação académica e profissional (Carvalho; Baptista, 2004).

As pessoas, as organizações e as redes sociais

São as pessoas, as suas memórias, os seus sonhos, as suas emoções, os seus projectos, que estão no centro de toda a intervenção sócio-educativa. É exactamente por isso que os educadores sociais, como outros técnicos da relação interpessoal, desenvolvem competências de escuta e de cuidado, mobilizando saberes em torno do mesmo objectivo: ir ao seu encontro do outro, tentando abordá-lo, sempre, na sua condição de «rosto».

E por querermos tanto que assim seja, gritamos com frequência, para que nos ouçam e reconheçam, que trabalhamos «com as pessoas» e não apenas «para as pessoas». Mas à força de o repetirmos, quase esquecemos que o segredo está na conjugação e não na disjunção.

Trabalhamos «com as pessoas», motivados pela intenção de ser «para as pessoas», de agir em favor do seu interesse e do seu projecto de vida. Com dedicação pessoal, capacidade de entrega e espírito de ajuda. Enquanto profissional, o educador social é um técnico especializado, devidamente preparado para gerir a racionalidade

dos processos. Mas perderá o sentido da sua missão, a razão de ser do seu ofício pedagógico, se reduzir essa entrega a uma habilidade de tipo meramente instrumental.

Empenhados em desbravar um espaço de afirmação profissional no seio de territórios tradicionalmente marcados pelo voluntariado e pelo «sacerdócio social», os educadores, e de um modo geral, os técnicos de serviço social, arriscam-se a enveredar pelos caminhos da funcionarização e da proletarização que afecta hoje outras profissões.

Ao equacionarmos o lugar da educação social no quadro e uma pedagogia de proximidade, fazemo-lo também a partir de uma intenção humanizante que obriga a resgatar os valores da ajuda, da generosidade e da dedicação desinteressada ao próximo. Valores estes que, afinal, constituem um património precioso, um capital de experiência, que enriquece enormemente a identidade destas profissões.

São também estes mesmos valores, de ajuda e de solidariedade activa, que devem marcar as práticas profissionais e interprofissionais e os caminhos de reconhecimento público. Em termos profissionais, os educadores partilham os problemas de outros técnicos, designadamente no que se refere ao reconhecimento da sua autoridade profissional. É preciso respeitar a dimensão de autor que há em cada actor, a começar pelas pessoas que protagonizam as estratégias de intervenção, tantas vezes ignoradas e desvalorizadas no seu espaço de autoria. Afinal de contas, as pessoas que trabalham com e para as pessoas, são também pessoas.

A existência de uma rede de serviços, eficaz e modernizada, corresponde a uma exigência das sociedades democráticas. Nem tudo depende da vontade, e do esforço, individual. É preciso ter esta consciência. Transformado em dever absoluto, em ideologia, o direito à participação pode degenerar em formas perversas de exclusão social, que acabam por funcionar como uma espécie de punição daqueles que «não cumprem satisfatoriamente com o seu dever de participação e de competição» (Baumam, 2001). A verdade é que as pessoas só se atrevem a tomar iniciativa, correndo os riscos inerentes a essa atitude, quando se sentem apoiadas. Quando sabem que, caso aconteça falharem, não ficarão abandonadas (Carvalho; Baptista, 2004).

Por outro lado, no entanto, há que admiti-lo também, as redes podem ser tremendamente asfíxiantes, servindo muitas vezes para prender os movimentos, em vez de os libertar. A institucionalização das redes, e dos dispositivos organizacionais que as suportam, é importante, e mesmo imprescindível, mas não pode pôr em causa a dinâmica relacional que fecunda o dinamismo social.

Para uma pedagogia de proximidade humana

Não há como escondê-lo, as pessoas continuam a cair desamparadas nos buracos das redes que, honra seja feita a tanto empenho, vamos teimando em tecer laboriosamente. Como evitá-lo? Tecendo malhas mais apertadas? E, se for esse o caso, como prevenir o asfixiamento?

Precisamos reinventar os modos de construção dos «nós» que apertam os laços sociais. Na nossa perspectiva, e como tentámos mostrar, este trabalho passa, em grande medida, pela promoção de uma pedagogia de proximidade humana.

Parafrazeando Zygmunt Bauman, diremos que a chave de um problema tão vasto como o da responsabilidade social reside, afinal, num acontecimento de uma escala (ostensivamente) pequena como o é o acto moral original – a responsabilidade perante a outra pessoa que temos à nossa frente, ao nosso lado e ao nosso alcance (2001). Como gostamos de dizer, a responsabilidade perante a pessoa que temos à distância de um toque de mão, de um sorriso, de uma palavra amiga. O sentido do outro passa, não só mas também, pela capacidade de sentir o outro. Ou, seguindo a fórmula levinasiana, a chave do problema está na responsabilidade perante o outro enquanto «rosto», onde começa toda a dinâmica de misericórdia, de amor e de entrega pessoal que antecede a justiça, a suporta e a sucede.

No contexto das sociedades contemporâneas, a indiferença em relação ao destino do outro só pode ser vivida como um egoísmo sem inocência. A exclusão consciente do outro, é uma ignorância que sabe o que ignora e, como tal, inaceitável à luz dos valores de um humanismo universal.

Bibliografia

- AZEVEDO, J. (2003). *Cartas aos directores de escolas*. Porto: ASA.
- BAPTISTA, I. (2005). *Dar rosto ao futuro - a educação como compromisso ético*. Porto: Profedições.
- BAUMAN, Z. (2001). *La posmodernidad y sus descontentos*. Madrid: AKAL.
- CARVALHO, A.; BAPTISTA, I. (2004). *Educação Social, fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- LÉVINAS, E. (1992). *Totalité et Infini*. Paris: Kluwer Academic.
- ROSANVALLON, P. (1995). *La nouvelle question sociale*. Paris: Seuil.

5.3. O Congresso Internacional de Animação Teatral de Viana do Castelo

Manuel Vieites
Escola Superior de Arte Dramática da Galiza

*Pompas, e ventos, títulos inchados
não dão descanso, nem mais doce sono*
António Ferreira Castro

Para começar, queria agradecer, uma vez mais que este tipo do Jornadas se possa celebrar, pois constituem foros de encontro, intercâmbio de ideias e debate extremamente importantes; oportunidades para espalhar experiências ou trocar informação, mas, sobretudo, são momentos para promover e facilitar que as pessoas se conheçam e possam manter algum tipo de relação, agora e no futuro. Mas, como as coisas não surgem do nada, devo agradecer aos meus amigos muito queridos, os professores Américo Nunes Peres e Marcelino de Sousa Lopes, que dedicam o seu tempo, e os seus esforços, a fazer estes encontros possíveis, o terem-me convidado, uma vez mais, para dar conta das minhas experiências, dúvidas e incertezas.

Foi numas jornadas como estas que agora celebramos, onde se iniciou, ou se consolidou, uma frutífera relação de colaboração entre pessoas procedentes de diferentes pontos da península Ibérica, que hoje nos permite contar com uma rede, pequena, mas muito sólida, de investigadores, promotores, praticantes e mesmo professores de Animação teatral. E isso tem as suas origens, precisamente, no Congresso Internacional de Animação Teatral de Viana do Castelo, nas actividades que ali desenvolvemos durante todo aquele ano de 1999, mas também em todo o trabalho realizado ao longo de 1998, pois o que andava separado, acabou por juntar-se.

Sete anos depois daquele evento inaugural, celebrado, como se disse, em 1999, não será demais fazer uma espécie de avaliação, quantitativa e qualitativa, do que supomos ter avançado, ou retrocedido, no meio da promoção e da regularização das aprendizagens teatrais, mas também no meio da promoção, reconhecimento e desenvolvimento de novas práticas profissionais. Por isso, a minha dívida para com os organizadores é dupla, já que me obrigam a fazer um balanço dum experiência, na que tive alguma arte e bastante parte, e da que, passados todos estes anos, me sinto extremamente satisfeito e se me permitem a imodéstia, bastante orgulho.